



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico.

O PODER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

André Luis de Albuquerque Lima Bezerra¹

O estudo em questão visa se debruçar sobre interpretações sobre o ativismo e a politização do judiciário no Brasil contemporâneo, com o enfoque em abordagens sobre modelos de Judiciário, processos de “hiperconstitucionalização” (MELO, 2007), a relação entre o Poder Judiciário e a democracia, e precisamente, sua relação com os governos democráticos. Mobilizando uma literatura variada, o trabalho busca focar nos prejuízos que desenho e as ações atuais do Judiciário brasileiro podem trazer à democracia do país.

O trabalho procurará se localizar na análise das transformações que o Judiciário obteve durante o século XX, com a consequente expansão de suas funções (ARANTES, 2007), buscando-se frisar o aumento no controle da constitucionalidade dos atos normativos aprovados. Diante disso, a principal questão a ser problematizada será a influência das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN’s) na política brasileira. Os objetivos adjacentes serão buscados em cima da análise de um processo de “hiperconstitucionalização” (MELO, 2007) e sua influência na governabilidade, perpassando pela análise da extensão e rigidez da Constituição Brasileira de 1988.

No sentido de localizar o Judiciário em contextos democráticos (e precisamente na democracia brasileira), há de se levantar questões sobre a responsabilidade democrática dos juízes (CITTADINO, 2002), e sua influência nos processos políticos democráticos brasileiros. Nesse sentido, é importante que se pontue também o papel do Judiciário nas ações de governos democráticos do século XXI na América Latina (RÌO, 20011), e o quão prejudicial ou favorável esse Poder pode ser para as propostas de tais governantes.

Para a realização do estudo, buscou-se fazer uma pesquisa bibliográfica que visasse relacionar os múltiplos temas abordados, objetivando uma revisão de literatura que

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: <andreluisbezerra007@gmail.com>.

incluísse a pluralidade de visões sobre o Poder Judiciário e os temas que perpassam os processos de judicialização da política.

Referências

ARANTES, Rogério Bastos. Entre a Justiça e a política. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: UNESP; Konrad Adenauer, 2007.

CITTADINO, Gisele. A judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.) **A democracia e os três Poderes no Brasil**. Rio de Janeiro: UFMG; IUPERJ; FAPERJ, 2002.

MELO, Marcos André de. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: mito e realidade. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÀEZ, Manuel Alcântara (Org.) **A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

RÌO, Andrés del. A relação entre a Corte Suprema e o Poder Executivo na Argentina e no Brasil. Em: BOCHI, Renato (Org.). **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2011